

Decisões do STF 'poupam', em 30 anos, R\$ 685 bi

Ações no Supremo que deram vitória à União evitaram gastos com a desapossentação e com o refinanciamento da dívida dos Estados

Rafael Moraes Moura
BRASILIA

Confrontados com um quadro de profunda crise econômica, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) tomaram neste ano decisões que evitaram pelo menos R\$ 685 bilhões em perdas para a União ao longo dos próximos 30 anos, conforme levantamento feito pela Advocacia-Geral da União (AGU) a pedido do 'Estado'. Entre as principais vitórias conquistadas pela União na arena jurídica estão a decisão do STF envolvendo o refinanciamento da dívida dos Estados e a rejeição à desapossentação.

Em julho deste ano, o STF decidiu aceitar acordo firmado entre governadores e União sobre a dívida dos Estados, depois de algumas unidades da Federação terem conseguido liminares que as permitiam pagar prestações da dívida utilizando o cálculo de juros simples.

Atendendo a um apelo da União, o STF decidiu que as liminares teriam de ser adaptadas conforme o acordo firmado com o governo federal. A época, o Ministério da Fazenda estimou que o impacto nas contas da União pela adoção de juros simples seria da ordem de R\$ 402,3 bilhões.

"As decisões tomadas pelo STF foram de acordo com as nossas expectativas e mostram muito bem a consolidação cada vez maior da segurança jurídica do País", disse o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Em outubro, o STF rejeitou a

desapossentação, que é a possibilidade de recálculo da aposentadoria no caso de volta ao mercado de trabalho. Segundo o governo, o eventual reconhecimento ao direito de desapossentação traria um impacto anual de R\$ 7,7 bilhões (R\$ 182 bilhões em 30 anos).

"A responsabilidade fiscal é um princípio constitucional na agenda do STF, apesar de o tribunal às vezes errar por falta de informação", comentou o ministro Gilmar Mendes, ao citar entre os "erros" da Corte o julgamento sobre as regras para pagamento dos precatórios, concluído em 2015.

A AGU também conseguiu suspender no STF o reajuste de 13,25% concedido a diversos servidores do Judiciário. Segundo estimativas do governo, o reajuste teria impacto de R\$ 25,88 bilhões por ano.

A União garantiu, no julgamento de outros três casos, que prevalecesse o entendimento

do Tribunal de Contas da União (TCU) que suspendeu em junho de 2006 reajustes salariais referentes à Unidade de Referência de Preços (URP) e ao "gatilho salarial". O impacto dessas decisões nas contas públicas era de R\$ 45,8 milhões.

"As consequências oriundas da decisão emanada da Corte devem ser aferidas, daí a importância da análise, sempre bem aprofundada, realizada pelo STF", avaliou a advogada-geral da União, Grace Mendonça.

Lesão. Em novembro deste ano, a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, suspendeu uma liminar concedida no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST) contra o administrativo do ministro do TST Ives Gandra Filho. Gandra solicitou ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a retirada de projetos de lei que previam a criação de aproximadamente 200 vagas do trabalho, 400 cargos de juizes do trabalho e 8 mil cargos de servidores. A AGU viu "risco de grave lesão à economia pública" nos projetos, que tinham um impacto estimado de R\$ 1 bilhão só neste ano.

Apesar das decisões favoráveis, a União se viu obrigada a compartilhar a multa do programa de repatriação com os Estados, conforme decisões liminares proferidas pela ministra Rosa Weber. Na avaliação de um ministro do STF ouvido pela reportagem, a Corte não tem adotado decisões pró-Fazenda, e sim pró-Federação, tentando fortalecer o pacto federativo.

● **Economia**
R\$ 182 bi
seria o impacto em 30 anos nas contas da União do reconhecimento ao direito de desapossentação, cujo pedido foi rejeitado pelo STF em outubro

R\$ 402,3 bi
seria o custo para o governo federal, caso viesse a adoção de juros simples nos acordos entre governadores e União para o pagamento de dívidas

BNDES deve adiantar reembolsos, diz Safra

Instituição antecipou o pagamento de R\$ 100 bi ao Tesouro; para banco, cronograma ajudaria a reduzir dívida bruta

Adriana Fernandes / BRASILIA

O economista-chefe do banco Safra, Carlos Kawall, defende que o governo defina um cronograma de pagamento antecipado da dívida do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Tesouro Nacional para ajudar a reduzir o estoque da dívida bruta brasileira, além de contribuir para a que-

da das taxas de juros.

Kawall, que foi titular da Secretaria do Tesouro e também integrou a diretoria do BNDES, argumenta que o crédito do banco de fomento ao longo dos últimos anos tira força da política monetária do Banco Central (BC) para o controle da inflação.

Ontem, o BNDES antecipou o pagamento de R\$ 100 bilhões ao Tesouro Nacional, 18,7% do estoque da dívida de R\$ 532 bilhões. Estudo do banco Safra indica que o escalonamento, pelos próximos dez anos, do pagamento integral da dívida poderá permitir uma queda mais acelerada da dívida bruta com a redução do nível de crédito sub-

sidiado da economia.

Kawall calcula que poderiam ser devolvidos cerca de R\$ 70 bilhões dos empréstimos (juros e principal) anualmente, até zerar o estoque, em uma década. Simulação feita pelo economista mostra que a diferença no estoque da dívida ao final seria de dez pontos percentuais.

Nos cenários traçados, sem o pagamento antecipado, em 2030 a dívida do banco com o Tesouro beiraria 76% do PIB — com a devolução dos empréstimos, cairia para 66%. Nesse último cenário, a dívida bruta deveria se estabilizar em 2022, atingindo níveis abaixo dos atuais só no fim da próxima década.



Economia. Sessão do STF que derrubou a desapossentação e poupou R\$ 7,7 bilhões por ano

Governo discute com BNDES mudança na taxa de financiamento

Debate passa por aproximar a TJLP dos juros de mercado ou até mesmo pelo fim do crédito subsidiado

Vinicius Nader / RIO
Adriana Fernandes / BRASILIA

O governo estuda com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) uma mudança na forma de cálculo da TJLP, a taxa que corrige os empréstimos de longo prazo do País. Segundo pessoas a par do assunto, a ideia é que os juros do BNDES sejam fixados com base em taxas do mercado, reduzindo, ou mesmo acabando, com o crédito subsidiado.

O novo modelo em discussão

entre BNDES, Banco Central e Ministério da Fazenda é vincular a TJLP à taxa das NTN-BS, títulos públicos atrelados à inflação. Haveria uma regra de transição, mas, em alguns anos, a taxa do BNDES seria a mesma da cobrança nos títulos do Tesouro, disse uma fonte próxima ao banco, sob condição de anonimato.

Atualmente os juros básicos, a Selic (13,75% ao ano), que baliza os empréstimos no sistema financeiro. Hoje, a TJLP está em 7,5%. O crédito oferecido pelo BNDES é considerado subsidiado porque a TJLP é menor do que a Selic. O banco só oferece esses juros baixos porque capta recursos no FAT, fundo formado com contribuições sobre a folha de pessoal, ou com os aportes do Tesouro.

Uma fonte da equipe econômica disse que, com o novo modelo, a TJLP deixaria de ser uma taxa "arbitrária", fixada pelo governo. Hoje, a TJLP é fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), formado pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento e pelo BC. "Tem uma vantagem que a TJLP deixa de ser uma taxa arbitrária. Ela passa a ser taxa de mercado, mais próxima da realidade", disse uma fonte do governo.

Outra fonte da área econômica disse que o novo modelo de cálculo da TJLP criaria "uma regra permanente". A lei diz que a TJLP deve ser definida pela inflação mais um prêmio de risco, mas quando o CMN define a taxa, não fica claro como esses parâmetros foram calculados.

Há uma discussão entre economistas sobre os efeitos dos subsídios e do chamado "crédito direcionado". No governo Dilma, o crédito direcionado — além do BNDES, inclui financiamentos imobiliários e o crédito rural — passou de R\$ 33,4 bilhões no início de 2011 para R\$ 60,1 bilhões em maio de 2016. / COLABOROU FABRÍCIO DE CASTRO

em parcela única.

Segundo Kawall, com a queda significativa dos desembolsos do BNDES nos últimos meses, o banco tem abundância de recursos e pode devolver os empréstimos ao Tesouro. Ele lembra que o custo do subsídio embutido nesses empréstimos é de cerca de R\$ 30 bilhões por ano, por causa da diferença entre a taxa de financiamento do Tesouro no mercado e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que é taxa referencial de juros do banco, bem inferior aos do mercado, e que corrige também os empréstimos feitos ao BNDES pela União.

Kawall avalia que a antecipação dos pagamentos faria muita diferença para a política de juros do País. "A dualidade que existe hoje no mercado de crédito, de convivência de taxas livres altas e taxa baixa subsidiada, reduz a força da política monetária e eleva o juro real neutro da economia", afirma.

Para ele, boa parte da explicação para o juro alto da economia é decorrente desse dualismo. "O problema maior é que a dívida está crescendo de forma excessiva e parte se deve ao endividamento do BNDES. Nada mais lógico que uma política de repagamento", afirma Kawall, que propôs inicialmente a criação dos depósitos remunerados pelo Banco Central — medida incluída no pacote anunciado esta semana pelo presidente do BC, Henrique Meirelles.

"Não dá para querer fazer uma reforma da Previdência e deixar o BNDES intocável com esse custo de subsídio", ressaltou.

SARKIS & CIA. LTDA., firma pública que recebeu do CETESB a concessão da Licença de Operação nº 45007253, válida até 22/12/2019, para Arrendar Rótulo não especificado anteriormente (auto-ventilado), sito à RUA HUGO DANTONA, 150, LAROS, SÃO PAULO/SP.

Gas Brasileira Distribuidora SA firma pública que recebeu do CETESB a concessão da Licença de Operação nº 45007253, válida até 22/12/2019, para Arrendar Rótulo não especificado anteriormente (auto-ventilado), sito à RUA HUGO DANTONA, 150, LAROS, SÃO PAULO/SP.

Edital nº		Pregão/Eletrônico nº	
€		do presente	
edital.		Secretaria Municipal de Administração. Nos termos das instruções no processo licitatório originado que o julgamento e a classificação havida foi devidamente em	
pelo Pregão e		pelo em	
		conforme abaixo	
VEROQUE REPERIÇÕES LTDA.			
	€		
01	Fornecimento de Vale Alimentação Comer em cartão com tecnologia de chip	6.408 servidores	R\$ 360,00
			R\$ 2.191.536,00
			R\$ 26.298.322,00
Buenos Aires, 23/12/2016.			
- Diretor da Divisão de Licitações			

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
GABINETE DO GOVERNADOR

AVISO DE PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 01/2016-SRGOV

A Secretaria de Estado de Governo torna pública a abertura do procedimento de manifestação de interesse nº 01/2016-SRGOV, destinado a viabilizar o fornecimento de produtos e serviços necessários à manutenção e ao funcionamento do sistema público de trânsito, na modalidade de contratação administrativa, para a instalação, operação e manutenção de infraestrutura de Rede Óptica de Transporte de Dados e Serviços em Protocolo Internet para a conexão de pontos de interesse da administração pública estadual.

O Edital está disponível no site www.parana.gov.br, com prazo de recebimento de 30 (trinta) dias a contar da publicação, podendo ser entregue a documentação na Comissão Setorial de Licitação do SCSO/PA, sito à Rua 15 de Novembro no Palácio das Letras, localizado no An. Dom Pedro II, s/n, São Luis, Maranhão, CEP 65010-080.

São Luis, 23 de dezembro de 2016.
ANTONIO DE JESUS LEITE JUNIOR
Secretário de Estado de Governo

Processo: Pregão Eletrônico
por meio da INTERNET -
Tipo Menor Preço por Lote -

A Data do Recebimento das Propostas será até dia 30/12/2016. - A abertura da Sessão será às 14h do dia 31/12/2016. - Disputa da Proposta no dia 31/12/2016 - Pregoeira: Kamila Constança Pinheiro. O Edital completo e informações poderão ser obtidas na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gerson França, 7-49, fone (41) 3104-1463/1465, ou pelo site www.parana.gov.br - Licitações Saúde ou www.licitacoes.com.br - Divisão de Compras e Licitações, 23/12/2016 - e-mail: sau@sa.gov.br - Diretora da Divisão Compras e Licitações - S.M.S.

COMUNICADO

AS AGÊNCIAS E ANUNCIANTES

EXPEDIENTE - FERIADO NATAL E ANO NOVO
VEJA ABAIXO OS HORÁRIOS DE FECHAMENTO PARA ANUNCIAR NESSE PERÍODO:

VEÍCULO	EDIÇÃO	FECHAMENTO E ENTREGA DE MATERIAL
DESP	24, 25 e 26/12/16	não haverá alteração nos horários
Classificados	24, 25 e 26/12/16	não haverá alteração nos horários
Classificados	25, 26 e 27/12/16	não haverá alteração nos horários

PLANTÕES/HORÁRIOS:

SALVADOR GUATEMALA	CLASSIFONE
SHOPPING GUATEMALA 2º PISO TEL: 3815-3623	CLASSIFONE - TEL: 3805-2001 / 8000-005-2001
balconia.guamtel.com.br	anuncio.guamtel.com.br
24/7 - de São Paulo, 24/7 - em expediente	24/7 - em expediente
31/12 - de São Paulo, 31/12 - em expediente	

PUBLICIDADE + 24/12 e 31/12 das 09h às 12h e 25 e 26/12 sem expediente
SEDE - AV. PROF. CLESTON BOURROU, 100 - 4º ANDAR
Tel: 3800-4300 e 3800-0100

ESTADÃO